

XIV ENCOGERCO



Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro

A INTERINSTITUCIONALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE SUBSÍDIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM EROSÃO, UM RELATO A PARTIR DE CAIEIRAS/PR

TELLES, D.H.Q.
CASTELLA, C.R.
WINTER, L.M.P.
SILVA, J.A.
COSTA, L.C.
CAVALCANTE, P.M.
NOERNBERG, M.A.
ANGULO, R.J.

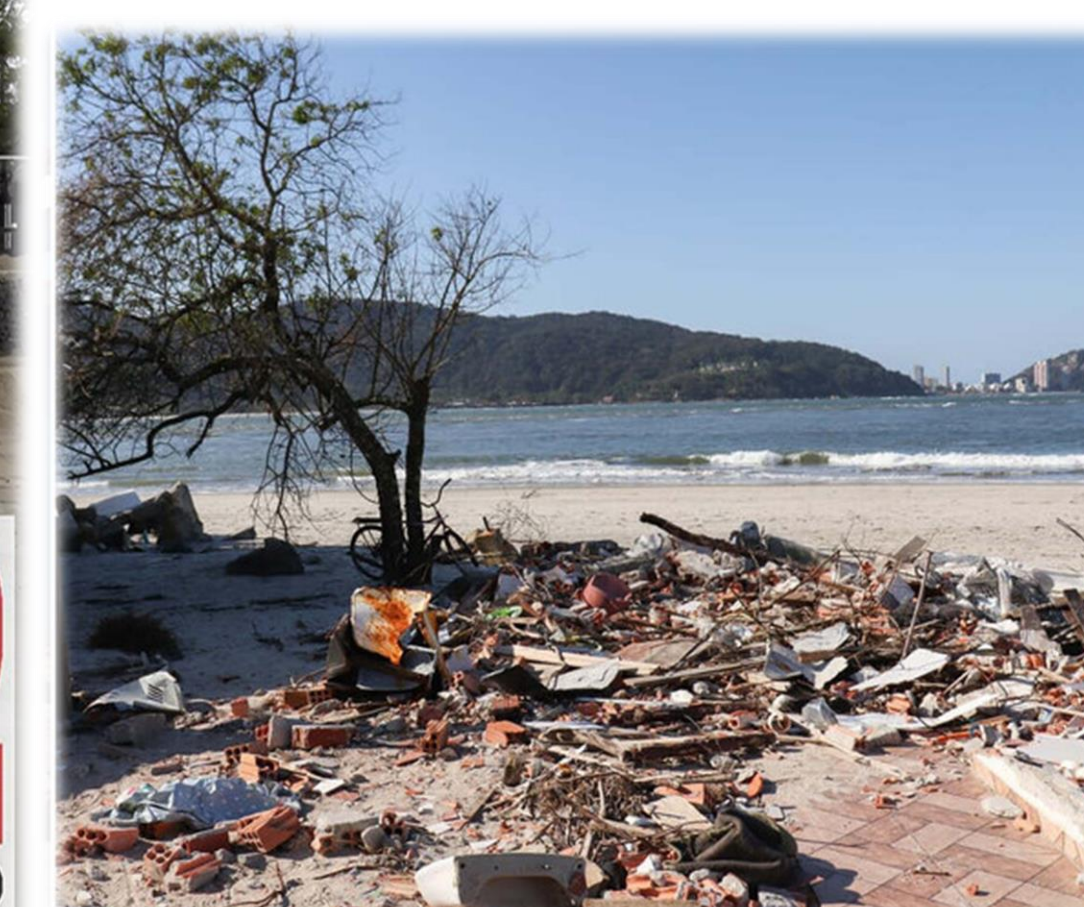


INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de integração técnica entre ações acadêmicas, jurídicas, executivas e de gestão para encaminhamentos embasados no problema de erosão costeira em zonas urbanas de baixa densidade. O objetivo é apresentar a capacidade ampliada de gestão, a partir da construção de parcerias institucionais do setor público, unificando órgãos de controle, academia e órgãos do poder executivo. Através de demanda municipal institucionalizada, pela solução dos problemas recorrentes de erosão de praia em Caieiras, a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro recebeu a demanda de gerar discussões interdisciplinares, interinstitucionais e interescolares. Após pouco mais de seis meses, foram aprovados os encaminhamentos a serem conduzidos pela SPU, responsável patrimonial das praias brasileiras.

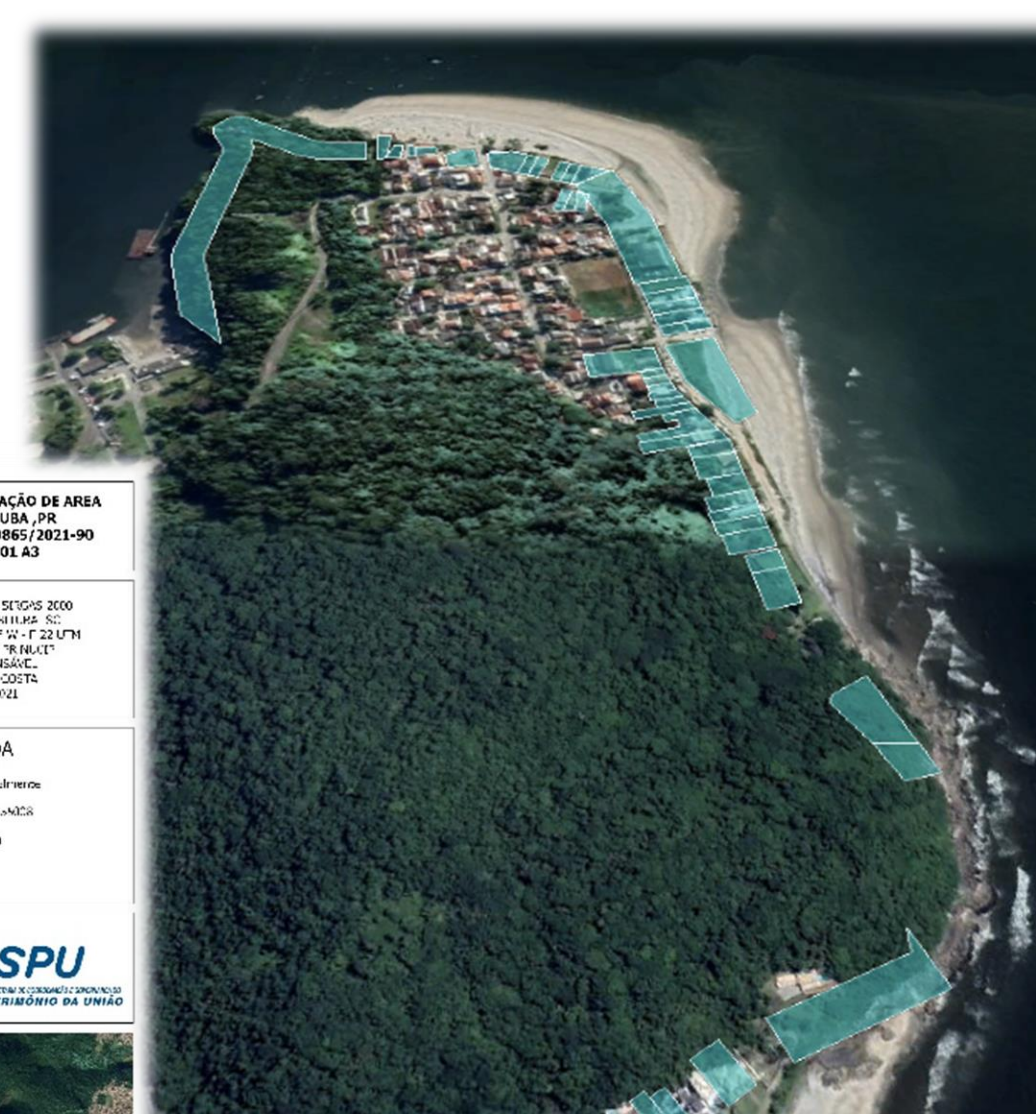
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do GTCaieiras formalizaram na CTGerco dois conjuntos de demandas, a saber: i) administrativas: levantamento de dados sobre autuações ambientais no órgão estadual de meio ambiente, autorizações municipais de habitação e urbanismo, situação cadastral na SPU e perícia de engenharia, e; ii) científicas: estudos sobre o perfil praiar e canais de maré, através de medições batimétricas, registros de imagem e mapeamento mediante orientações metodológicas.



METODOLOGIA

Através de agenda de articulação institucional por soluções para o ordenamento territorial preventivo ao risco no local, foi promovido o tratamento técnico do assunto (GTCaieiras), no âmbito da Câmara Técnica estadual de Gerenciamento Costeiro (CTGerco). Com isso, foram realizadas reuniões e estipulados encaminhamentos, visando o envolvimento institucional aos órgãos ambientais e regulatórios.



CONCLUSÃO

Os resultados foram parciais, pela não entrega de documentos por parte de algumas entidades, porém inovadores, no intuito de gerar encaminhamentos para a necessidade de evidências científicas mínimas no suporte à tomada de decisões, seja para a desativação de ocupações irregulares ou de zoneamento preventivo de ocupação da faixa dinâmica em linha de costa.